

Saiu acordo com FMI

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Após cinco horas e meia de negociações no Palácio do Planalto, o governo brasileiro finalmente chegou a uma conclusão com o Fundo Monetário Internacional (FMI): a missão viaja hoje à tarde para Washington, levando o rascunho da "carta de intenções" que depois será assinada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, e na segunda-feira os banqueiros credores receberão o comunicado informal do FMI sobre o término dos entendimentos técnicos.

O ministro Ernane Galvêas, após a reunião, disse que era com "satisfação" que comunicava a conclusão dos trabalhos técnicos com a missão, mas admitiu que somente em outubro é que o FMI estará em condições de liberar as duas parcelas, no total de US\$ 820 milhões, do crédito ao Brasil bloqueado desde maio. "Agora temos que fazer apenas a montagem dos quadros estatísticos, para podermos então redigir o texto final da carta de intenções" — explicou, acrescentando que as metas giram em torno da redução da inflação e do déficit público.

Quanto ao Decreto-Lei 2.045, que reduz os reajustes salariais para 80% do INPC como parte do programa acertado com o FMI, Ernane Galvêas garantiu que o Governo já fez tudo o que tinha que fazer. "Estamos trabalhando com o pre-suposto de que o Congresso aprovará o decreto" — explicou o mi-

nistro. Ao ser indagado sobre a possibilidade de rejeição da matéria, Galvêas disse apenas que "isso é um problema do Congresso". Ele não soube dizer como será aprovado o decreto, garantindo apenas que "a técnica de aprovação é lá com os nossos líderes".

Sobre o desempenho da economia brasileira, um dos itens de maior importância no novo acordo com o fundo, o ministro da Fazenda limitou-se a admitir que o Produto Interno Bruto (PIB) poderá mesmo registrar acréscimo nulo este ano. "O crescimento da economia ainda vai depender das medidas que tomamos e que ainda poderemos tomar" — avisou. Por outro lado, técnicos do Banco Central que participaram das negociações revelaram que o PIB terá "crescimento zero" este ano e no próximo.

As demais metas do novo acordo com o FMI "são as mesmas anteriores", ou seja, reduzir o déficit

público pela metade, em relação ao ano passado, e fazer a mesma coisa em 1984, e trabalhar com um déficit do balanço de pagamentos que seja compatível com a capacidade brasileira de tomar empréstimos no exterior". Galvêas não quis dizer qual será a taxa de inflação deste ano, embora seus assessores tenham informado que o número ficará em 150%. "Não há nenhum trabalho sobre inflação (na Carta de intenções), mas trabalharemos para termos a menor taxa possível, e os nossos parâmetros são basicamente para se chegar ao final do ano com uma taxa da ordem de 5% no mês de dezembro" — informou.

O ministro garantiu ainda que até agora "não há nenhuma decisão" sobre a ida do Brasil ao Clube de Paris (que reúne os governos dos países industrializados). "Nós ainda temos que conversar muito, e acabar o trabalho com o FMI para então podermos pensar em outras coisas". Isto quer dizer, de acordo com seus assessores, que o ministro está realmente considerando a hipótese de renegociar a dívida brasileira, tanto a nível do débito com governos de países industrializados (reunidos no Clube de Paris), quanto diretamente com os banqueiros internacionais, mas isto só acontecerá num segundo momento.

Decreto 2.045 é fundamental

O presidente Aureliano Chaves admitiu ontem, pela primeira vez, que a prioridade número um do governo é conseguir a aprovação do Decreto-lei nº 2.045, que reduziu os reajustes salariais para 80% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), para que possam ser concluídas as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A informação foi transmitida pelo empresário Cesar Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, que teve audiência como o Presidente da República em exercício. O decreto-lei já foi encaminhado ao Congresso, onde o governo já não conta com maioria na Câmara dos Deputados após o rompimento do acordo entre o PDS e o PTB.